

EDITAL N.º 405/2019

ISALTINO AFONSO MORAIS, LICENCIADO EM DIREITO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Faz público que, em 30 de setembro de 2019, pelo Senhor Vereador Pedro Patacho, foram subdelegadas competências, no âmbito do Departamento de Educação, Divisão do Desporto e Divisão de Bibliotecas e Equipamentos Culturais, no Senhor Diretor Municipal de Educação, Desenvolvimento Social e Cultura, Dr. Jorge Manuel Barreto Xavier, através do despacho interno n.º 01/GV-PP/2019 e que a seguir se transcreve:

“Considerando que:

- Através do Despacho n.º 124/2018, de 20 de julho, foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal no signatário um conjunto de competências e poderes destinados a assegurar o regular funcionamento dos serviços, nos termos do disposto no do artigo 36.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante designado por «RJAL»), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;
- Através do Despacho n.º 97/2019, de 3 de setembro, foi designado, em regime de substituição, o Sr. Dr. Jorge Manuel Barreto Xavier, como Diretor da Direção Municipal de Educação, Desenvolvimento Social e Cultura (DMEDSC);
- O Sr. Presidente conferiu autorização para subdelegação nos dirigentes dos serviços das competências delegadas no signatário;
- A delegação de competências constitui uma forma privilegiada de promoção da eficiência, economicidade e celeridade dos procedimentos administrativos;

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e do artigo 38.º do RJAL, **subdelego, com faculdade de subdelegação, no Diretor Municipal de Educação, Desenvolvimento Social e Cultura (DMEDSC), Sr. Dr. Jorge Manuel Barreto Xavier**, as competências necessárias à prossecução da sua missão nas áreas da educação, desporto, bibliotecas e equipamentos culturais, designadamente as seguintes:

1. As competências necessárias à promoção e execução das políticas municipais na área da **EDUCAÇÃO** e formação, bem como à proposta de estratégias de intervenção nestas áreas, garantindo a organização do planeamento e gestão dos serviços, equipamentos escolares e recursos educativos, no apoio à comunidade escolar e na inovação educativa;

2. Garantir o apoio administrativo de suporte, praticando todos os atos que se revelem necessários à implementação e operacionalização da **AGENDA PARA A CIÊNCIA E INOVAÇÃO**;
3. As competências inerentes à **GESTÃO CORRENTE da Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa (DDPE), da Divisão de Planeamento e Gestão da Rede Escolar (DPGRE) e da Divisão de Apoio às Escolas e Gestão Administrativas (DAEGA)** do Departamento de Educação (DE), **da Divisão Desporto (DD)** do Departamento de Desenvolvimento Social (DDS) e **da Divisão Bibliotecas e Equipamentos Culturais (DBEC)** do Departamento de Artes, Cultura e Turismo (DACT), incluindo:
 - a) A assinatura de correspondência e expediente necessário à mera instrução de processos;
 - b) A autorização para emissão de certidões e fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careça de despacho ou deliberação dos eleitos locais;
 - c) A prática de outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.
4. A competência para autorizar a **REALIZAÇÃO DE DESPESAS** com a aquisição de bens e serviços inerentes ao funcionamento das referidas unidades orgânicas até ao limite de €20.000,00 (vinte mil euros), ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do artigo 38.º do RJAL.

Pelo presente, **revogo os Despachos n.º 3/GV-PP/2018, 4/GV-PP/2018 e 5/GV-PP/2018, todos de 31 de julho.**

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data, podendo, no entanto, ser avocadas as competências nele previstas, sempre que a relevância do ato o justifique.

Nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo ratifico todos os atos administrativos praticados pelo delegado entre o dia 7 de setembro de 2019 e esta data, que estejam em conformidade com a presente delegação de competências."

E para constar se passou o presente e outros de igual teor, que vão ser publicitados nos lugares de estilo.

Oeiras, 30 de setembro de 2019

O Presidente



Isaltino Moraes